

Luersen participa de negociação para garantir reajuste de 2,76% para os servidores



O líder do bloco PDT/Pode/SD da Assembleia Legislativa, deputado estadual Nelson Luersen (PDT), participou, na manhã desta terça-feira (26/06), de mais uma rodada de negociações entre representantes do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais (FES) e técnicos da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa), na busca por garantir a data-base da categoria e a reposição da inflação de 2,76% para o funcionalismo paranaense. Na segunda-feira (25/06), o governo encaminhou à Assembleia Legislativa, uma proposta para reajustar os salários dos servidores do Executivo em apenas 1%.

De acordo com Luersen, na reunião, os técnicos do Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (Dieese/PR) demonstraram mais uma vez, com base em dados oficiais, que o pagamento do reajuste de 2,76%, referente à inflação dos últimos doze meses, é viável. “Os números mostram que houve aumento de receita. E as projeções apontam para acréscimo na arrecadação nos próximos meses”, explica o parlamentar.

Na avaliação do deputado, os servidores do Executivo - incluindo aposentados e pensionistas que estão com os salários congelados há dois anos - têm razão em reivindicar o mesmo tratamento dado aos funcionários públicos dos demais poderes, com a reposição da inflação do período. “É o mínimo que o trabalhador pode aceitar. É uma questão de honra para

os servidores que já estão desde 2016 sem reajuste”, lembra Luersen.

Segundo o deputado, os parlamentares que compõem o bloco independente, ao lado da bancada de oposição, não vão abrir mão de insistir no reajuste de 2,76% para os servidores do Executivo. “Se as negociações não derem resultado vamos apresentar emendas ao projeto do governo, acrescentando 1,76% aos 1% oferecidos pelo Executivo”, explicou.

Para Luersen, os estudos apresentados pelos técnicos mostram que o governo tem condições de pagar a reposição da inflação para o funcionalismo, se quiser. “Infelizmente, porém, o governo prefere usar os recursos disponíveis em seu caixa para fazer favores políticos e se beneficiar com ações pontuais nos municípios com objetivo eleitoral”, aponta o deputado.